QUESTÕES PEDAGÓGICAS

NOÇÕES DE NUMISMÁTICA. CONDECORAÇÕES (VI).

ORDENS HONORÍFICAS DO IMPÉRIO DO BRASIL. A IMPERIAL ORDEM DA ROSA.

“Honrado Marquês de Barbacena.

Amigo.

Eu, o Imperador, vos envio muito saudar, como aquê-
le que muito amo. Confiando de vossa fidelidade e in-
teireza o desempenho do maior serviço que ora podereis
fazer tanto à minha pessoa e família, como à Nação Bra-
sileira, mandei expedir pelo ministro competente, as ins-
truções necessárias que deveis seguir à risca, enquan-
to alguma circunstância imprevista vos não aconselhar a
tomar outro expediente. E porque a distância mui gran-
de e eu desejo acelerar quanto fôr possível o meu casa-
mento, convém que vos habilite com instruções amplas
e positivamente minhas.

O meu desejo e grande fim, é obter uma princesa que
por seu nascimento, formosura, virtudes e instrução, ve-
nha fazer a minha felicidade e a do Império; quando não
seja possível reunir as quatro condições, podereis admi-
tir alguma diminuição na primeira e quarta, contanto
que a segunda e a terceira, sejam constantes.

Todos os meios que vossa sagacidade e zelo empre-
gar para conseguir este fim, serão por mim aprovados e
por isso vos incluo três assinaturas em branco e ponho
à vossa disposição a minha legítima.

Estou certo que desempenhareis as funções de fiel
criado, tanto acompanhando minha filha a Rainha de Por-
tugal para Viena, como Minha Augusta Noiva para o
Brasil.

Nosso Senhor vos tenha em sua santa guarda.

Escrito no Palácio do Rio de Janeiro, aos 27 de ju-
nho de 1828, 7.º da Independência e do Império.

Imperador”.

Esta carta, entregue a Barbacena quando do seu embarque para a Europa, vinha não só relembrar ao digno Caldeira Brant todos os ardentes desejos do Imperador, mas abrir também nas páginas da História um parêntesis onde se poderia escrever — amor — poesia — mocidade!

Certamente Barbacena não cogitava em tão lindas palavras: a dupla missão que o levava mares afora, era de molde a pôr à prova todos os seus brios de fidalgo, todo o seu ardil diplomático!

A primeira incumbência era tão honrosa, quanto pesada, levando a Viena a primogênita de D. Pedro I, a fim de bem prepará-la a reinar no trono de Portugal, já então ferozmente usurpado por D. Miguel. Essa atitude do tio e noivo da nubil rainha, constituía séria interrogação para o diplomata. Mas havia ainda muito mais a fazer; urgia, depois de combater as intrigas que ameaçavam a segurança de D. Maria da Glória, pensar em belezas coroadas, comparar, examinar como num estranho anseio de beleza, tôdas as princesas de reinos diferentes e segundo o dizer de D. Pedro, eleger aquela cuja beleza e virtudes fôsem constantes.

Era realmente o marquês de Barbacena um inspirado seleccionador de encantos femininos e hábil ledor de almas, pois a noiva que conduziu a D. Pedro I realizava a aspiração comum da Nação, do Imperador e do próprio Barbacena.

Esta maravilha nascida em Munique a 12 de julho de 1812, era filha pelo lado paterno de Eugénio de Beauharnais, duque de Leuchtenberg e Príncipe de Eichstatt, antigo vice-rei da Itália e um dos mais ilustres generais dos exércitos napoleônicos, filho de Josefina e enteado de Napoleão I e pelo lado materno era filha da Princesa Dona Augusta Amélia, filha de Maximiliano I, rei da Baviera e da rainha Dona Maria Guilhermina Augusta, Princesa de Hessen-Darmstadt, sendo portanto Dona Amélia, pelo lado paterno, neta da imperatriz dos franceses.

O casamento realizou-se em Munique, a 2 de agosto de 1829, pelas treze horas, assinando o contrato de casamento por parte da noiva, o Senhor Cavaleiro Nicolau Luís Planat de la Faye, tenente-coronel do Exército de S. M. o rei da Baviera, gentilhomen da Côrte, Oficial da Ordem da Legião de Honra da França, Cavaleiro da Ordem do Mérito Civil da Corôa da Baviera e da Real Ordem da Espada, da Suécia.

Por parte do noivo assinava o Exceletíssimo Senhor Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, marquês de

- 1 *Cavalleiro*
- 2 *Official*
- 3 *Commendador*
- 4 *Dignitario.*

Fig. 3. — A Imperial Ordem da Rosa.

Fig. 4. — A Imperial Ordem da Rosa.

Barbacena, Grande do Império, gentilhomen da Imperial Câmara, Veador de S. M. a Imperatriz, Alcaide-mor da Vila de Jaguaribe, Cavaleiro da Real Ordem da Torre e Espada, Grã-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador da Ordem de Cristo, Grã-Cruz da Ordem da Corôa de Ferro da Austria e depois Grã-Cruz da Imperial Ordem da Rosa.

A 30 de agosto desse mesmo ano, cerca de doze horas, levanta ferros de Portsmouth a divisão naval brasileira sob o comando do conde de Souzel, Official-General da Armada, composta das fragatas **Imperatriz** e **Maria Isabel**, viajando a bordo da primeira em companhia de seu irmão o príncipe D. Augusto e da princesa D. Maria da Glória, futura rainha de Portugal, a segunda Imperatriz do Brasil, S. Magestade Dona Amélia Augusta Eugênia Napoleão de Beauharnais.

A 16 de outubro chega finalmente à baía da Guanabara a divisão naval. D. Pedro I aguarda no cais, impaciente, o momento oportuno para conhecer aquela que a diplomacia do senhor marquês de Barbacena, havia lhe reservado como esposa e imperatriz. Surdo ao protocolo, não quer aguardar ali a noiva. Ele irá ao seu encontro, tal como Napoleão I, desprezando a pragmática para alcançar Maria Luisa na estrada de Versailles. Apenas mais feliz que o grande corso, ele achará na esposa uma alma devotada.

Desliza rumo a fragata o galeão imperial conduzindo D. Pedro I. Ei-lo finalmente a bordo. Entre as continências da marinhagem e as salvas estrondosas das baterias, desce ao salão. E aí, junto ao senhor marquês está Dona Amélia.

O que foi esse encontro para o desencantado viúvo de Dona Leopoldina? Foi a prostração íntima do homem, ante o privilégio sempre raro da beleza!

O Imperador aproxima-se pálido, nervoso e curvando-se numa reverência própria de príncipe, beija suavemente as mãos encantadoras de sua futura esposa e soberana e recebe das pupilas azuis da imperatriz, a mais afetuosa saudação.

D. Pedro I, já agora mais calmo, denunciava sua imensa satisfação e a alegria de que estava possuído ao ter certeza de que a missão do marquês de Barbacena fôra cumprida na íntegra, ou melhor, havia suplantado as suas próprias expectativas. De fato, ser bela, imperatriz, ter somente 17 anos, lindos olhos azuis, vestir-se da cor da rosa, resplandecer na dupla auréola da formosura e poder real, era pedir um símbolo!

E D. Pedro I criou-o, substanciando na **Imperial Ordem de Rosa** a homenagem à mulher e à soberana.

No dia 17 desembarca Dona Amélia no Arsenal de Marinha. Já aí se encontra o magnífico coche da Casa Imperial puxado por oito soberbos animais. A Imperatriz toma lugar na carruagem e no meio as maiores aclamações dirige-se em companhia do senhor marquês de Barbacena para a Capela Imperial, onde na maior pompa e magnificência a tão elevadas personagens, realizou-se o casamento que por procuração tinha se efetuado em Viena.

Nesse dia, D. Pedro I assinava um decreto, referendado por José Clemente Pereira, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, instituindo a belíssima insígnia da Imperial Ordem da Rosa, a última instituída pelo Império do Brasil.

*

“Imperial Ordem da Rosa.

Decreto de 17 de outubro de 1829.

Querendo perpetuar a memória do meu faustíssimo consórcio com a princesa Amélia de Leuchtemberg e Eischtoedt, por uma instituição útil que, assinalando esta época feliz, a conserve com glória na lembrança da posteridade e tendo sido em todos os tempos as distinções honoríficas sãbiamente consideradas, não só como dignas recompensas de ações ilustres, mas como eficazes estímulos para empreendê-las e merecer por elas o reconhecimento público: hei por bem criar uma ordem militar e civil, com a denominação de Ordem da Rosa. Nela serão admitidos os beneméritos, tanto nacionais como estrangeiros, que se distinguirem por sua fidelidade à minha augusta pessoa e serviços feitos ao Império, sendo regulada a sua organização pela maneira seguinte:

Art. 1.º — O Imperador do Brasil é, e será sempre, o grã-mestre da ordem e o príncipe imperial herdeiro presuntivo da Corôa, grã-cruz e grande dignatário-mor.

Os outros príncipes da família imperial, serão todos grã-cruzes.

Art. 2.º — Pelas classes em que é dividida, terá a Ordem:

1.º — Dezesseis grã-cruzes; oito efetivos e oito honorários. Nos lugares dos efetivos que vagarem por morte, entrarão por antigüidade os honorários.

Ninguém será nomeado grã-cruz, sem ter já por algum título, o tratamento de excelência.

2.º — Dezesseis grandes dignatários, com o tratamento de excelência.

Fig. 1. — Da. Amélia, Duquesa de Bragança.
(Litografia de A. Maurim, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

3.º — Trinta e dois dignatários. Só o poderá ser, quem tiver já por algum título, o tratamento de senhoria.

4.º — Os comendadores, oficiais e cavaleiros que eu fôr servido nomear; gozando os primeiros do tratamento de senhoria; os segundos das honras e continências que competem aos coronéis e os terceiros, às dos capitães.

Art. 3.º — As insígnias que tocam às diferentes classes, são as dos desenhos anexos e a fita côr de rosa e branca.

Art. 4.º — Os grã-cruzes efetivos, usarão de bandas da referida côr, por cima da casaca ou farda, com um collar formado de rosas de ouro e esmalte, nos dias de côrte e grande gala.

Nos mais dias, trarão só as bandas por cima da vestia, como os grã-cruzes das outras ordens.

Os honorários usarão do mesmo, sem collar.

Art. 5.º — Os grandes dignatários e os dignatários, trarão a medalha pendente ao pescoço e chapa na casaca, com a diferença de não ter corôa e chapa dos segundos.

Art. 6.º — Os comendadores e oficiais, usarão da medalha e chapa na casaca, com a mesma diferença de não ter corôa e medalha e chapa dos segundos.

Art. 7.º — Os cavaleiros trarão a medalha como usam as outras ordens.

Art. 8.º — Os despachos e expediente da Ordem, fica pertencendo à Secretaria de Estado dos Negócios do Império.

José Clemente Pereira do meu conselho, ministro e secretário de Estados dos Negócios do Império, o tenha assim entendido e faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro, em 17 de outubro de 1929, 8.º da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade Imperial.

José Clemente Pereira".

*

Surgia assim essa caprichosa peça de joalheria, na mais delicada evocação da História do Brasil.

Vamos descrevê-la: uma estrêla de seis pontas, esmaltadas de branco e maçanetas de ouro, assente sôbre uma grinalda de rosas folhadas e em sua côr. No disco central do anverso, em ouro cinzelado, o monograma A P (Amélia e Pedro), circundado pela legenda **Amor e Fidelidade**.

No reverso, a data: 2-8-1828 (data do casamento em Munique) circundada pela legenda **Pedro e Amélia** nos mesmos esmaltes.

A corôa imperial decora a insígnia dos Cavaleiros, Comendadores, Grandes Dignitários e Grã-Cruzes, honorários e efetivos, sendo que a jóia destes últimos pende de um colar de rosas folhadas em sua côr, intercaladas de escudos de ouro com as iniciais do Imperador e sua consorte.

Fitas e bandas rosa-claro com duas orlas de branco.

A **Imperial Ordem da Rosa** destinava-se a premiar civis e militares, nacionais ou estrangeiros, que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado.

Fig. 2. — Cerimônia do casamento de D. Pedro I com a princesa Da. Amélia de Leuchtenberg, 2a. Imperatriz do Brasil.
(Jean Baptiste Debret)

Os seus graus até oficial conferiam honras militares (1) e as praças de pré condecoradas não eram sujeitas aos castigo corporal, embora ficassem privadas do uso das respectivas insígnias quando prêsas (2). Além disso, o sargento que possuísse a **Ordem da Rosa** ou do **Cruzeiro**, deveria ser recolhido a uma prisão especial que não fôsse

“nem o Estado Maior nem o xadrez, embora não sendo oficial, não pudesse freqüentar o círculo de oficiais” e

(1). — Aviso de 1 de setembro de 1842.

(2). — Aviso de 3 de janeiro de 1873.

mais: “que ao mesmo graduado, condecorado e prêso, se perfilassem as armas pelo oficial subalterno comandante da guarda que por êle passasse”. Um tenente coronel à frente do seu batalhão, “faria continência ao Dignatário ou Oficial do Cruzeiro e ao Oficial da Rosa, embora lhe fôsem inferiores em patente” (3).

*

Porque teria D. Pedro I escolhido como motivo para as veneratedesta Ordem honorífica, uma grinalda de rosas?

“teriam sido inspiradas nas miúdas rosas que ornavam, com uma chuva de pétalas” (4)

o vestido que Dona Amélia trazia ao desembarcar no Rio de Janeiro.

Outra versão, esta do visconde de Taunay, referida pelo seu ilustre descendente, o saudoso mestre Afonso de Escragnoille Taunay:

“Ao avistar a Imperatriz Amélia, que desembarcou com um vestido de gase branca, salpicado de rosas meio abertas, veio-lhe incontinente ao espírito, exagerado e cavalheiroso, a idéia de constituir mais essa Ordem, batizando-a com as qualidades ou uma das qualidades de que era menos capaz, a Fidelidade” (5).

Se examinarmos com atenção as condecorações francesas e mesmo as de outros países, teremos de conceder à Ordem brasileira uma posição de destaque absoluto e de inconfundível originalidade. Encontramos nessas condecorações como ornamento, palmas de ramos de oliveira ou de carvalho, mas nenhuma assente sôbre grinalda de rosas. A nossa é rigorosamente própria, tendo como motivo principal rosas!

Tôdas as condecorações do Império Brasileiro eram bonitas, mas a Imperial Ordem da Rosa, a tôdas suplantou em beleza!

A idéia mais vulgarizada, como vemos, é a do vestido com que D. Amélia desembarcou no Rio de Janeiro a 16 de outubro, semeado de pequenas rosas semi-abertas. Mas como poderia D. Pedro I no dia seguinte ao desembarque, outorgar

(3). — Aviso n.º 368, da Guerra, de 24 de novembro de 1855.

(4). — Calmon (Pedro). — *O rei cavaleiro*. São Paulo, 1933.

(5). — Taunay (Afonso d'Escragnoille). — *A mais velha das Ordens Honoríficas Brasileiras*, in “*Revista Numismática*”, ano I, n.º 2. São Paulo. 1933.

aos primeiros agraciados a condecoração? Ficamos propensos a aceitar que a criação da Ordem da Rosa, tivesse origem — na rosa do toucado — que se encontrava no retrato enviado de Laleham, na Inglaterra, a D. Pedro I, pelo marquês de Barbacena, a fim de que S. Magestade o comparasse com o da marquesa de Gabriac assentada entre ambos como modelo físico da futura imperatriz do Brasil.

“Laleham, 11 de agosto de 1829 — Senhor. Acabo de chegar de Munique, tendo feito 330 léguas de viagem em cinco dias, e isto basta para V. M. fazer idéia do abatimento em que estarei.

.....
Até aqui foi sobre o testemunho de outros que tenho dado a V. M. I. notícias de sua augusta noiva, hoje dás-las-ei fundado no testemunho próprio e na minha convicção. E’ indubitavelmente a mais linda princesa e a mais bem educada que presentemente existe na Europa e quando a vi emparelhada com as primas que foram primeiramente pedidas, dei muitas graças a Deus de haver V. M. I. escapado daqueles casamentos.

A imperatriz é linda como V. M. I. verá pelo seu retrato que vai nesta ocasião, mas a sua instrução, as suas virtudes, excedem quanto posso dizer em seu elogio. V. M. I. gozará do prazer doméstico “em maior grau, do que nenhum dos seus súditos e isto é o que V. M. queria e quanto convém ao Império.

.....
Deus guarde a V. M. I. por muitos anos, como todos desejam e principalmente eu por ser — De V. M. I. obrigadíssimo e fiel criado.

Marquês de Barbacena” (6).

O retrato de D. Amélia enviado por Barbacena a D. Pedro I exhibia no toucado da futura imperatriz uma rosa, a qual devia ter formado para o Imperador a idéia da homenagem a ser tributada, idéia essa que os artistas iriam ampliar e compor, formando a insígnia da **Imperial Ordem da Rosa**.

As notícias que recebia de sua noiva mostravam serem as rosas as flôres prediletas de D. Amélia e daí a determinação imperial de urgência na execução da insígnia, para que pudesse ser distribuída no desembarque da segunda imperatriz do Brasil.

(6). — Aguiar (Antônio Augusto), *Vida do marquês de Barbacena*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896.

Esta versão parece ser a mais aceitável, pois o artista teria tido tempo para confeccioná-la e tê-la pronta por ocasião da assinatura de decreto instituindo a Ordem. E isto parece apoiar-se também na data inscrita no reverso da insígnia: 2-8-1928, que relembra o casamento de D. Amélia em Munique.

*

Quem teria desenhado a insígnia da **Imperial Ordem da Rosa**? São várias as opiniões a respeito.

O ilustre heraldista brasileiro, ministro Orlando Guerreiro de Castro, em estudo comparativo entre as Ordens nacionais e estrangeiras, mostra-nos a semelhança existente entre a Ordem da Rosa e a da União, instituída em 1807 por Luís Bonaparte, rei da Holanda, atribuindo a Debret o desenho (7).

E' estranho, porém, que Debret não faça referência alguma à **Imperial Ordem da Rosa** na sua *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, quadro fiel dos costumes dos primeiros anos do Brasil Império. Se fôsse êle na realidade o autor, por certo não deixaria de incluí-la entre as demais condecorações brasileiras, quando a elas se refere na sua preciosa obra. Acresce ainda a circunstância de estar Debret nessa ocasião em preparativos para o seu retôrno à França.

Grandjean de Montigny é outro nome lembrado. Arquitecto do Primeiro Reinado e professor da Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro, foi incumbido de executar o arco monumental na Praça do Comércio para as festas comemorativas das bodas imperiais e

“sôbre os nimbos, externamente, havia dois troféus, compostos de três corôas de louro, nos quais se divisavam as legendas: Valor, Lealdade, Prudência; Amor, Fidelidade, Constância. Rematava o pórtico um escudo com as iniciais dos imperadores” (8).

Vemos aí, entre outras, as legendas — **Amor e Fidelidade** — inscritas na **Ordem da Rosa**, mas isto não nos autoriza a afirmar fôsse o ilustre mestre de arquitetura o autor da insígnia, mesmo porque, êsses motivos apareciam em todos os monumen-

(7). — Influência napoleônica nas insígnias das Ordens Honoríficas do Império do Brasil, in “Anais do I Congresso de Numismática Brasileira”, São Paulo, 1937, vol. I.

(8). — Pollano (Luís Marques), **Ordens Honoríficas do Brasil**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1943.

tos levantados para os festejos, num desêjo unânime de felicidades aos imperiais noivos.

Apontam também Zeferino Ferrez, escultor e gravador, professor da cadeira desta disciplina na Academia de Belas Artes. Exímio na difícil arte da gravura, foi o autor da primeira medalha executada no Rio de Janeiro em 1820 e da notável medalha comemorativa da Coroação de D. Pedro II, além de outras mais. Em todos os seus trabalhos as características de seu talento ficaram vincadas, perpetuando o seu valor. Foi Zeferino Ferrez, colaborador de Grandjean de Montigny e todos os ornatos constantes do arco

“a legenda, a grinalda de rosas, o monograma, tudo isso nas mãos de um artista como Ferrez, daria, como deu, o primor de delicadeza, de equilíbrio e de efeito decorativo que ressaltam da mais bela condecoração que conhecemos” (9).

Francisco Pedro do Amaral, chefe e diretor das decorações da Casa Imperial, também se serviu de legendas parecidas, sempre desejando aos nubentes uma união feliz.

“Ao pintar o coche que serviria para transportar a princesa à capela imperial, veio naturalmente ao espírito do artista, em virtude de se tratar do sacramento do matrimônio, a lembrança dos aludidos sentimentos. Com a sua reconhecida habilidade, decorou-o magnificamente, usando figuras alegóricas de fidelidade e firmeza no amor” (10).

Alberto Rangel, em seu documentado livro, **Pedro I e a Marquesa de Santos**, julga esclarecer o caso quando cita:

“Pelo preço de 892\$400 o Escrivão dos Brasões e Rey d'Armas do Brasil, Luiz Aleixo Boulanger, desenhou as insígnias da Ordem da Rosa, linhas de epitaphio da Marquesa compostas e riscadas numa flor de esmalte” (11).

Referindo-se a Alberto Rangel, lemos em **Imperatriz dona Amélia**:

“foi o distinto historiador patricio que fêz o inventário da documentação histórica da Casa Imperial, exis-

(9). — *Ibidem*.

(10). — *Explicação alegórica da decoração do coche de Estado de S. M. I. o Senhor D. Pedro Primeiro*. Rio de Janeiro, 1829.

(11). — Rangel (Alberto), *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*. Tours (França), 1928.

tente no Castelo d'Eu, aí encontrando o decreto da criação da Ordem, com a lista dos condecorados, bem como alguns desenhos em aquarela de vários projetos para as insígnias" (12).

O **Anuário do Museu Imperial**, de Petrópolis, em magnífico trabalho apresentado por Haydée Di Tommaso Bastos, ilustre funcionária do Museu, apresenta-nos um substancioso estudo sobre a origem dos desenhos da insígnia da **Ordem da Rosa**, calcado na documentação da Casa Imperial do Brasil, recentemente recolhida ao Museu Imperial, vindo do Castelo d'Eu, onde se achava depositado.

Pedro José Pézerat, engenheiro dos Paços Imperiais, e Eugéne Herbert de la Michellerie, pintor francês chegado ao Brasil em 1826, seriam os autores dos desenhos da mais linda condecoração brasileira. Seus projetos aquarelados trazem a data de 12 de setembro de 1829, o que nos leva a acreditar não ter sido o vestido da jovem imperatriz salpicado de rosas semi-abertas, chegado ao Brasil um mês depois, que deu motivo à insígnia.

A rosa do toucado teria sido na realidade o motivo principal e ainda nesse esplêndido trabalho editado pelo Museu Imperial lemos que Luís Aleixo Boulanger, hábil calígrafo e depois professor de desenho de D. Pedro II, teria decalcado um retrato da imperatriz D. Amélia, datado de 9 de outubro de 1829; sete dias após, isto é, a 16, o **Diário Fluminense** publicava o seguinte:

"Havendo S. M. o Imperador Se Dignado Conceder licença para copiar e litografar o Retrato ultimamente chegado da Europa, de S. M. a Imperatriz: convidam-se a todos os srs. que quizerem animar esta importante empresa, para que subscrevam em casa de L. A. Boulanger, Risso & Cia. largo da Mãe do Bispo, 173. O Retrato de S. M. a Imperatriz do Brasil, copiado e litografado com a maior perfeição e fidelidade possível, será distribuído aos srs. subscritores no dia 19 do corrente mês impreterivelmente. O amor, fidelidade sem par que os Brasileiros têm sempre tributado aos seus Augustos Soveranos, fazem esperar a Boulanger e Risso, que os seus esforços serão benignamente acolhidos. O preço é de \$4000".

"Levando-se em conta a data aposta ao desenho — exatamente uma semana antes da chegada da nova Im-

peratriz, e atentando-se no esbôço de uma flor junto a um ornato que a jovem princesa traz nos cabelos, somos levados a concluir ser esta a cópia do retrato enviado a Dom Pedro I e que serviu de motivo para a condecoração. Nessa época, muito poucos deveriam ser os retratos de Dona Amélia em nossa terra..." (13).

Os desenhos aquarelados que acompanham êste trabalho aproximam-se extraordinariamente da insígnia da **Imperial Ordem da Rosa**.

"Mas o melhor de todos é o terceiro projeto: uma estrêla branca, em cujas pontas, que são carregadas de pequeninos botões de rosas, está colocada uma medalha de ouro com o monograma P A entrelaçado, e com uma dupla orla, a interior simples e a exterior azul com dezenove estrêlas de prata. Entre as pontas da estrêla, guirlandas de rosas. Ao alto a corôa imperial de ouro, atada à guirlanda por um laço do mesmo metal. Cremos ser inútil qualquer comentário sobre êste projeto. Comparado com a forma definitiva da condecoração, é mais que evidente ser êle o modelo aprovado, com pequenas modificações. Assim, a estrêla de cinco pontas, passou a ter seis, livres dos botões que a sobrecarregavam. A dupla orla reduziu-se a uma única e a corôa prendeu-se diretamente numa das pontas da estrêla. Mais simples e por isso mesmo mais belo" (14).

Parece-nos pois, ter muita razão a autora nesta afirmação e tudo nos leva a crer também que o motivo da rosa no toucado foi o determinado para a composição da mais romântica Ordem honorífica do Brasil Imperial.

*

No dia 20 de janeiro de 1830 realiza-se o grande baile que a sociedade do Rio de Janeiro oferece a D. Amélia.

Tudo nesse baile tem a côr da rosa, a côr predileta de S. M. a Imperatriz. São os vestidos das damas, as flôres, os laços discretos que os cavaleiros trazem à lapela.

No palácio do conde dos Arcos, tudo transpira grandeza; o salão nobre, soberbo em suas linhas e deslumbrantemente iluminado, domina o que de mais belo pudesse haver.

(13). — Bastos (Haydée di Tommaso), *Em tôrno das Ordens de Pedro I e da Rosa*. "Anuário do Museu Imperial", Ministério da Educação e Saúde. Petrópolis, 1947.

(14). — *Ibidem*.

Vamos transcrever o noticiário da época:

“Os convidados começaram a chegar entre sete e meia e oito e quarenta e cinco da noite. As nove horas, uma girandola anunciava a chegada da Família Imperial. Então, doze convidados previamente escolhidos e empunhando tochas, formam alas, acompanhando os Imperiais convivas até ao grande salão de festas.

A frente de SS. MM. caminha o mestre de cerimônias e atrás, os convidados.

Quatro criados graves postados na escadaria da porta de entrada até ao salão, vão anunciando em voz alta e cada um por sua vez, os nomes dos convidados que chegam. Aos lados, soberbos Archeiros com suas reluzentes alabardas, montam guarda.

Ao entrar no salão, ouve o Imperador o Hino de sua própria lavra executado por grande orquestra com cantores especialmente contratados para o ato.

SS. MM. tomam lugar em ricas poltronas colocadas sobre um estrado. Então, o mestre de cerimônias, numa reverência profunda, pede licença a D. Amélia para se dar início à cerimônia. S. Majestade acede e dá-se começo ao que estava programado:

- 1.º). — Terceto da **Gazza Ladra**, de Rossini.
- 2.º). — Serviço de refrescos.
- 3.º). — Uma curta valsa, com duração de 10 minutos.
- 4.º). — Uma cavatina para voz de tenor.
- 5.º). — Contradança francesa (20 minutos).
- 6.º). — Ária de **Semíramis** (*Ah quel giorno*) Rossini.
- 7.º). — Serviço de chá.
- 8.º). — Contradança espanhola (30 minutos).
- 9.º). — Quinteto da **Gazza Ladra**, de Rossini.
- 10.º). — Refrescos.
- 11.º). — Contradança inglesa (20 minutos).
- 12.º). — Dueto de **Matilde**, para duas vozes de soprano, Rossini.
- 13.º). — Serviço de ceia, se S. M. o Imperador não ordenar que seja depois desta ocasião.

Terminada a ceia, voltam os pares e demais convidados para o salão, tendo a orquestra tocado o terceto de **Elizabeta**, a qual se seguiu uma contradança espanhola, o dueto de **Semíramis** “*Va superbo in quella regia*” terminando com o dueto entre Ricardo e Zoraide, de Rossini, findo o qual retiram-se os imperiais convidados para o Paço de São Cristóvão.

No baile, destacava-se a riqueza das jóias ostentadas pela fidalguia, principalmente os brincos e o riquíssimo diadema que D. Amélia trazia no alto do penteado, com cachos prêso aos lados das orelhas”.

•

E assim tomou assento no Trono do Império Brasileiro a linda Beauharnais, entre a geral impressão de agrado da Côte encantada por sua beleza, comovida pela frescura dos seus 17 anos, que talvez pudessem reabilitar no coração do monarca, a fé à fidelidade conjugal, tão maltratada no primeiro consórcio com D. Leopoldina.

Infelizmente as sensibilidades e a intransigente pragmática de D. Amélia, se não alteraram o amor conjugal, criaram-lhe antipatias quase totais na Côte pouco protocolar de então e do romântico baile côr de rosa, cheio de harmonias musicais de Rossini, extinguiu-se o eco abafado pelo resmonear da impopularidade.

Entretanto, ficara a **Imperial Ordem da Rosa!** Vieram os dias agitados da abdicação; em Portugal, desenrolou-se a epopéia do Cêrca do Pôrto, em que D. Pedro foi o herói triunfante.

Foi um acordar de gemidos, batalhas, em que armas se entrechocaram tingindo-se de sangue.

Porém, na condecoração de pequeninas rosas, é o amor, a beleza, a diplomacia que perpassa, transmitindo-nos um pouco da galanteria do passado, fazendo-nos caminhar léguas“ sôbre uma pétala de rosa” na frase de um poeta, que citamos apenas pela analogia da idéia poética e do assunto que tratamos.

Ainda na carta que abaixo transcrevemos de D. Pedro I a Barbacena, escrita posteriormente às núpcias, sente-se através do estilo protocolar da mesma, a agradecida satisfação do espôso.

E Barbacena ao lê-la, devia ter concordado que naquele “felizmente efetuado”, se encerravam a um tempo a desforra amorosa do Imperador e o seu próprio valor diplomático pôsto à prova na difícil tarefa de casar e acertar e cujo corolário feliz ali estava, nos dois títulos com que Sua Magestade o Imperador o agradciava na carta seguinte:

“Honrado Marquês de Barbacena.

Amigo.

Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, vos envio muito saudar, como aquêle que muito amo.

Havendo-vos encarregado não só de acompanhar à Europa minha amada e prezada filha, a rainha de Portugal e Algarves, Dona Maria II, que hoje por ordem minha e zelo vosso se acha nesta muito heróica e leal cidade do Rio de Janeiro, mas também de tratar do Meu casamento, já felizmente efetuado; e tendo muito a meu contento e com o vosso costumado desinteresse desempenhado comissões tão delicadas: Hei por bem honrar-vos por êstes singulares serviços e para que todos os meus súditos conheçam o apreço que faço de vossa pessoa, vos mando esta.

Nosso Senhor vos tenha em sua santa guarda.

Escrita no Palácio do Rio de Janeiro, em 2 de dezembro de 1829, 8.º da Independência e do Império.

Imperador.

José Clemente Pereira”.

Conseguira a diplomacia de Barbacena vencer e subtrair aos manejos políticos do astuto Metternick a bela Beauharnais, trazendo-a ao enamorado Imperador.

Plenamente satisfeito pelas comissões desempenhadas pelo marquês, D. Pedro I, por decreto de 17 de outubro de 1829, outorgava-lhe a grã-cruz efetiva da **Imperial Ordem da Rosa** e mais tarde, a 10 de julho de 1830, data aniversário de D. Amélia, nomeava-o mordomo-mor de S. M. a Imperatriz.

*

A **Imperial Ordem da Rosa** foi a mais favorecida em graus, pois contava nada menos de sete: cavaleiro, oficial, comendador, dignatário, grande dignitário, grã-cruz honorária e grã-cruz efetiva. O grau mais elevado dava direito ao uso do colar de rosas esmaltadas rodeadas de fôlhas e intercaladas de pequenos escudos de ouro, tendo ao centro as iniciais dos imperadores — P. A.

Até então, a Ordem brasileira que admitia maior número de graus era a do **Cruzeiro**, denominada pelo Imperador de **Ordem da Legião de Honra do Brasil** e que possuía apenas quatro títulos: cavaleiro, oficial, dignitário e grã-cruz. E mesmo as antigas e tradicionais Ordens portuguesas vindas com D. João VI e depois nacionalizadas no reinado de D. Pedro II, pelo decreto n.º 321, de 9 de setembro de 1843 — **Cristo, São Tiago e Avís** — não tinham tantos graus, nem tantas regalias como a mais nova das Ordens honoríficas do Império.

A **Imperial Ordem da Rosa** foi a mais distribuída no Império, principalmente no reinado de D. Pedro II, quando da Cam-

panha do Paraguai e nos últimos tempos da monarquia. Em dois anos de guerra, de 1866 a 1867, foram feitos 2.252 cavaleiros, 528 oficiais, 192 comendadores, 65 dignitários, 4 grandes-dignitários e 27 grã-cruzes.

De 1855 a 1888, não concedeu o monarca nenhum grau de grande-dignitário. Em 1889, oito foram os agraciados com a grande-dignitária, entre eles os generais: Hermes Ernesto da Fonseca e Manuel Deodoro da Fonseca, por decretos de 25 de fevereiro; Floriano Peixoto, em 28 de agosto e por Ato de 2 outubro, Antônio Carlos Gomes, o “Tonico músico da Banda de Campinas”, autor da ópera **O Guarani**, cantada pela primeira vez no teatro Scala de Milão na noite de 19 de março de 1870.

**“A Sua Majestade D. Pedro II, Imperador do Brasil,
homenagem de gratidão do seu súdito**

A. Carlos Gomes”.

Esta dedicatória de Carlos Gomes oferecendo sua obra-prima, **O Guarani** a D. Pedro II, testemunhava toda a gratidão do imortal maestro brasileiro ao Imperador que lhe permitiu concluir seus estudos musicais em Milão e tornar-se sem dúvida nenhuma, o maior compositor das Américas.

ÁLVARO DA VEIGA COIMBRA

Ex-chefe da Secção Técnico-Científica de Numismática
do Museu Paulista da Universidade de São Paulo